

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em abril de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ abril de 2023 apresentou um superávit primário de R\$ 15,9 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 170 bilhões nesse mês, decréscimo em termos reais de 1,8%, comparativamente a abril de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 154,2 bilhões, acréscimo de 7,8% na mesma base de comparação. No acumulado do ano até abril, o superávit primário está em R\$ 48,4 bilhões, ante o superávit de R\$ 84,7 bilhões no mesmo período de 2022.

Em abril, a receita total apresentou um decréscimo real de 1,6% quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês de 2022. Essa queda de arrecadação foi fortemente impactada pelas receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que apresentaram, no período, um decréscimo de 20,9% em termos reais. Na mesma base de comparação, as receitas administradas pela RFB cresceram 2,5%, bem como a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que cresceu 2%, enquanto as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais apresentaram um decréscimo, sempre em termos reais, de 0,8%. Com isso, a receita líquida de transferências apresentou um decréscimo real de R\$ 3,1 bilhões (-1,8%). No acumulado do ano até abril, a receita total registrou uma variação real negativa de R\$ 18,6 bilhões (-2,3%), fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB, que tiveram um decréscimo de 17,1%, redução real de R\$ 20,4 bilhões, e pelas receitas administradas pela RFB, com queda de 1,3% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 6,8 bilhões (tabela 1).

Com relação à despesa total, abril registrou um crescimento real de 7,8% relativamente ao mesmo mês de 2022. No acumulado do ano, no período de janeiro a abril, a despesa total cresceu R\$ 15,9 bilhões (2,7%) em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para a expansão das despesas com a previdência, no valor de R\$ 4,7 bilhões (1,8%), e das despesas sujeitas à programação

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 15 de maio de 2023.

1. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/> >.

financeira, no valor de R\$ 33 bilhões (31,3%). O aumento nessas despesas foi parcialmente compensado pelas reduções de despesas com pessoal – R\$ 1,9 bilhão (-1,7%) – e outras despesas obrigatórias – R\$ 19,9 bilhões (- 18,5%) –, na mesma base de comparação.

TABELA 1
Governo central – resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de abr./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Março (preços constantes, R\$ milhões de abr./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de abr./2023)		Taxa de variação (%)
	abr./2022	abr./2023		2022	2023		Até abr./2022	Até abr./2023	
	1-Receita Total	206.963		203.562	-1,6		817.949	799.305	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	126.382	129.562	2,5	523.605	516.822	-1,3	1.413.099	1.446.307	2,4
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-140	-58	-58,5
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	44.712	45.611	2,0	174.632	183.206	4,9	538.375	567.441	5,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	35.870	28.388	-20,9	119.712	99.278	-17,1	340.541	383.843	12,7
2. Transf. Por Repartição de Receita	33.805	33.534	-0,8	151.791	153.494	1,1	426.109	479.062	12,4
3. Receita Líquida (1-2)	173.158	170.028	-1,8	666.158	645.811	-3,1	1.865.765	1.918.470	2,8
4. Despesa Total	142.948	154.151	7,8	581.482	597.396	2,7	1.870.858	1.896.082	1,3
4.1 Benefícios Previdenciários	69.879	66.538	-4,8	258.070	262.803	1,8	817.380	836.232	2,3
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.632	26.110	-2,0	110.416	108.530	-1,7	366.230	350.825	-4,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	18.465	23.582	27,7	107.792	87.890	-18,5	355.646	289.201	-18,7
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	27.973	37.921	35,6	105.206	138.173	31,3	331.601	419.824	26,6
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	30.210	15.877	47,4	84.675	48.415	-42,8	-5.092	22.388	539,7

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em abril foi registrado um acréscimo real de R\$ 3,2 bilhões (2,5%) em relação ao mesmo mês do ano passado, impactado pela arrecadação do Imposto de Importação, Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e outras receitas administradas pela RFB, que tiveram um crescimento real de arrecadação de R\$ 4,8 bilhões (5,5%), com os demais itens apresentando um decréscimo real de R\$ 1,6 bilhão (-4%). Já as receitas não administradas pela RFB apresentaram, em abril, um decréscimo real de R\$ 7,5 bilhões (-20,9%) em relação ao mesmo mês de 2022, fortemente impactada pela redução da arrecadação de receitas com a exploração de recursos naturais, que apresentou um decréscimo real de R\$ 9,3 bilhões (-38,4%).

No acumulado ao longo do primeiro quadrimestre, ainda na tabela 2, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 18,6 bilhões (-2,3%), com as receitas administradas caindo R\$ 6,8 bilhões (-1,3%), as não administradas com decréscimo de R\$ 20,4 bilhões (-17,1%) e a arrecadação líquida para o RGPS, em contrapartida, apresentando um crescimento de R\$ 8,6 bilhões (4,9%). A queda das receitas administradas no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, ocorreu de forma generalizada em todas as aberturas, com exceção do Imposto de Renda – crescimento de R\$ 15,3 bilhões (6%) – e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – aumento de R\$ 461 milhões (2,3%) –, que foram insuficientes para compensar a queda de arrecadação de R\$ 22,5 bilhões nos demais itens da receita administrada. Nas receitas não administradas, os destaques foram as concessões e permissões e a exploração de recursos naturais, que apresentaram queda no acumulado do ano de R\$ 22,3 bilhões (-31,9%), em valores reais na mesma base de comparação, parcialmente compensada pelo crescimento real da receita com dividendos e participações e da contribuição do salário educação.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de abr./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Março (preços constantes, R\$ milhões de abr./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de abr./2023)		Taxa de variação (%)
	abr./2022	abr./2023		2022	2023		Até abr./2022	Até abr./2023	
1-Receita Total	206.963	203.562	-1,6	817.949	799.305	-2,3	2.291.874	2.397.533	4,6
1.1 - Receita Administrada pela RFB	126.382	129.562	2,5	523.605	516.822	-1,3	1.413.099	1.446.307	2,4
1.1.01 Imposto de Importação	4.292	4.365	1,7	20.397	18.010	-11,7	66.447	59.333	-10,7
1.1.02 IPI	4.496	4.129	-8,2	23.765	17.938	-24,5	77.636	56.819	-26,8
1.1.03 Imposto de Renda	65.040	68.671	5,6	253.335	268.625	6,0	630.733	712.666	13,0
1.1.04 IOF	5.681	5.449	-4,1	20.020	20.481	2,3	60.922	62.145	2,0
1.1.05 Cofins	22.678	22.084	-2,6	94.724	90.021	-5,0	303.137	284.340	-6,2
1.1.06 PIS/Pasep	6.655	6.510	-2,2	28.962	26.617	-8,1	86.376	81.241	-5,9
1.1.07 CSLL	16.109	17.054	5,9	71.829	66.527	-7,4	151.628	160.916	6,1
1.1.09 CIDE Combustíveis	235	1	-99,5	1.122	-171	-115,3	2.814	465	-83,5
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1.195	1.299	8,6	9.451	8.775	-7,2	33.406	28.380	-15,0
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-140	-58	-58,5
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	44.712	45.611	2,0	174.632	183.206	4,9	538.375	567.441	5,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	35.870	28.388	-20,9	119.712	99.278	-17,1	340.541	383.843	12,7
1.4.1 Concessões e Permissões	1.322	1.678	27,0	14.433	3.699	-74,4	23.762	38.043	60,1
1.4.2 Dividendos e Participações	782	488	-37,6	6.190	9.339	50,9	48.752	93.412	91,6
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.376	1.264	-8,2	5.614	5.068	-9,7	19.610	17.489	-10,8
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	24.068	14.815	-38,4	55.460	43.865	-20,9	126.309	126.936	0,5
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.650	594	-64,0	6.884	6.047	-12,2	19.842	21.179	6,7
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.154	2.307	7,1	8.821	9.497	7,7	27.480	29.147	6,1
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	35	90	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.518	7.243	60,3	22.309	21.764	-2,4	74.751	57.548	-23,0
2. Transf. Por Repartição de Receita	33.805	33.534	-0,8	151.791	153.494	1,1	426.109	479.062	12,4
3. Receita Líquida (1-2)	173.158	170.028	-1,8	666.158	645.811	-3,1	1.865.765	1.918.470	2,8

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; PIS/Pasep – Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; LC – lei complementar.

Ao desagregar as despesas em abril (tabela 3), pode-se observar que as maiores variações em relação ao mesmo mês do ano anterior ocorreram em outras despesas obrigatórias, com destaque para o abono e seguro-desemprego, com crescimento real de R\$ 5,4 bilhões e subsídios, subvenções e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), com aumento real de R\$ 1,2 bilhões, e nas despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira (influenciadas pelo pagamento do Bolsa Família), com crescimento de R\$ 9,9 bilhões, parcialmente compensadas com a queda de despesas com benefícios previdenciários e pessoal e encargos.

No acumulado do ano até abril, as despesas totais tiveram um crescimento real de R\$ 15,9 bilhões (2,7%), com destaque para os benefícios previdenciários – com crescimento real de R\$ 4,7 bilhões (1,8%) –, as despesas com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) – com alta de R\$ 2,7 bilhões (10,1%) –, o gasto com a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – que cresceu R\$ 1,5 bilhão (12,4%) – e as despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira – com aumento de R\$ 33

bilhões (31,3%) –, estas, muito em função do crescimento das despesas com o programa Bolsa Família. Entretanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com abono e seguro-desemprego, que tiveram uma queda de R\$ 10,2 bilhões (-26,4%), e a despesa com créditos extraordinários, com redução de R\$ 11,7 bilhões (-95,1%).

TABELA 3
Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de abr./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-Março (preços constantes, R\$ milhões de abr./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de abr./2023)		Taxa de variação (%)
	abr./2022	abr./2023		2022	2023		Até abr./2022	Até abr./2023	
4. DESPESA TOTAL	142.948	154.151	7,8	581.482	597.396	2,7	1.870.858	1.896.082	1,3
4.1 Benefícios Previdenciários	69.879	66.538	-4,8	258.070	262.803	1,8	817.380	836.232	2,3
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.632	26.110	-2,0	110.416	108.530	-1,7	366.230	350.825	-4,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	18.465	23.582	27,7	107.792	87.890	-18,5	355.646	289.201	-18,7
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	3.223	8.614	167,2	38.464	28.308	-26,4	64.509	57.347	-11,1
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.639	7.475	12,6	26.463	29.124	10,1	77.643	84.947	9,4
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	580	150	-74,2	12.322	604	-95,1	122.348	37.313	-69,5
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.619	0	-100,0	3.267	0	-100,0	8.039	0	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	3.233	2.486	-23,1	12.328	13.861	12,4	28.798	35.924	24,7
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.210	1.163	-3,9	3.983	4.540	14,0	12.961	16.168	24,7
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	346	332	-4,0	1.411	1.343	-4,8	4.398	4.097	-6,9
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	442	1.109	151,0	1.063	1.769	66,5	21.688	18.689	-13,8
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	519	1.722	232,1	5.882	5.944	1,0	11.393	16.125	41,5
4.3.10 Impacto Primário do FIES	188	0	-100,0	906	477	-47,3	-2.275	340	-114,9
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	466	531	13,9	1.704	1.920	12,7	6.144	18.252	197,1
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	27.973	37.921	35,6	105.206	138.173	31,3	331.601	419.824	26,6
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	18.804	27.431	45,9	74.739	103.837	38,9	186.061	257.818	38,6
4.4.2 Despesas Discricionárias	9.169	10.490	14,4	30.466	34.337	12,7	145.540	162.005	11,3

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Paulo Mansur Levy

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Felipe dos Santos Martins

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Pedro Mendes Garcia

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
